

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1004469-34.2018.8.26.0037**
Autora: **Lucimeire de Souza**
Réus: **Paulo Fabiano dos Santos e outra**

Juiz de Direito: Dr. Mário Camargo Magano

Vistos.

Trata-se de ação de despejo cumulada com cobrança ajuizada por Lucimeire de Souza em face de Paulo Fabiano dos Santos e outra.

Diz a autora que deu em locação residencial o imóvel localizado na Rua das Rosas nº 91, Vila São José, Nova Europa/SP, aos réus.

Acrescenta que os locatários deixaram de pagar os aluguéis e os encargos da locação discriminados na inicial.

Pede, assim, a procedência da ação, para que a relação “ex locato” seja rescindida e os réus condenados no pagamento dos aluguéis e encargos da locação vencidos e não pagos, inclusive no curso da lide.

Apesar de citados, os réus deixaram de purgar a mora e contestar a ação (fls. 47).

É o relatório.

Decido.

A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, II, do CPC.

Os réus são revéis.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

Daí que se presumem verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora, em especial a inadimplência contratual (CPC, art. 344).

Ante o exposto, julgo procedente a ação para (1) declarar rescindido o contrato de locação, (2) decretar o despejo e (3) condenar os réus no pagamento dos aluguéis e encargos da locação vencidos e não pagos, inclusive no curso da lide, até desocupação efetiva do imóvel, com correção monetária e juros de mora à razão de 1% ao mês, tudo a contar do vencimento de cada aluguel e acessório da locação, apurando-se o “quantum debeatur” mediante simples cálculo aritmético. Fica assinado o prazo de quinze dias, contados da intimação dos réus, para desocupação voluntária do imóvel. Findo esse prazo, será efetuado o despejo compulsório, se necessário com emprego de força, inclusive arrombamento (LL, art. 65). Condene os réus ainda no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

P.R.I.

Araraquara, 16 de agosto de 2018.